

AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF

Estudo Técnico Preliminar 92/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25351.943191/2025-11

2. Descrição da necessidade

Com base no levantamento técnico realizado para dimensionamento dos nobreaks a serem instalados nas unidades da Anvisa, identificou-se durante a fase de estudos preliminares a necessidade de fornecer equipamentos de proteção de energia não apenas para a sede, mas também para todos os Postos de Atendimento nos portos, aeroportos e fronteiras (PAFs) localizados fora de Brasília. Este escopo visa garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto de energia para as salas de rack (switch) que sustentam a infraestrutura crítica de TI em toda a rede da Anvisa.

A aquisição de nobreaks visa garantir a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos equipamentos eletroeletrônicos sensíveis da Anvisa, assegurando operação ininterrupta de servidores, *switches* localizados em salas técnicas, sistemas de comunicação e demais dispositivos críticos para a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC).

Esses equipamentos são essenciais para:

- Garantir a operação contínua dos *switches* nas salas técnicas, evitando interrupções na infraestrutura de rede e a necessidade de reprogramação dos equipamentos após falhas de energia;
- Proteger os ativos tecnológicos contra oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica;
- Assegurar a integridade de dados e a continuidade dos serviços em caso de queda de energia;
- Reduzir riscos operacionais e prejuízos materiais.

Além disso, a medida está alinhada ao **Plano Estratégico da Anvisa 2024–2027**, em especial aos seguintes objetivos:

- **Objetivo Estratégico 6** – Promover o uso intensivo de dados, com foco na modernização tecnológica, interoperabilidade de sistemas e proteção da informação;
- **Objetivo Estratégico 3** – Antecipar e responder efetivamente a crises sanitárias, o que exige infraestrutura resiliente para atuação em tempo real;
- **Objetivo Estratégico 1** – Viabilizar o acesso seguro a produtos e serviços essenciais de saúde, cuja regulação depende de sistemas estáveis e disponíveis.

A interrupção de energia elétrica representa risco direto à operação de servidores, bancos de dados, sistemas regulatórios e canais de comunicação com a sociedade. A falta de energia nos *switches* das salas técnicas pode paralisar segmentos críticos da rede, impactando a conectividade e a prestação de serviços. Os nobreaks asseguram a integridade dos dados, evitam perdas operacionais e garantem a continuidade dos serviços críticos, alinhando-se aos valores institucionais de excelência, inovação, segurança e sustentabilidade.

Além do quantitativo já identificado para a sede da Anvisa (conforme Anexo I deste ETP), verifica-se a necessidade de atender também a eventuais demandas futuras e imprevistas das unidades da Anvisa distribuídas pelo país. Tais demandas podem decorrer de:

- Expansão ou modernização da infraestrutura local;
- Substituição emergencial de equipamentos em unidades com falhas críticas;
- Necessidades operacionais não mapeadas no planejamento inicial.

Dada a natureza imprevisível dessas demandas, a aquisição por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)** mostra-se a alternativa mais adequada, conforme disposto no **Decreto nº 11.462/2023**, Art. 3º, V, que prevê a utilização do registro de preços quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O SRP assegura flexibilidade administrativa, permitindo a contratação apenas dos quantitativos necessários, conforme a demanda real, sem obrigatoriedade de aquisição do total registrado. Dessa forma, a Administração obtém ganhos de escala na licitação, mantendo a capacidade de resposta ágil e eficiente perante necessidades imprevistas.

Portanto, a adoção do SRP justifica-se plenamente pelos princípios da **eficiência** e **economicidade**, assegurando a continuidade dos serviços e a proteção da infraestrutura tecnológica da Anvisa em todo o território nacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Logística	Renato Carneiro Lino da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Tal contratação, por se tratar de equipamentos que vão atender áreas vitais e de extrema importância para o bom andamento dos trabalhos da sede e demais unidades da Anvisa em Brasília - DF, torna-se fundamental que a fornecedora seja reconhecidamente capaz de fornecer os equipamentos com qualidade, funcionalidade, durabilidade e garantia.

Os itens a seguir definidos para a qualificação da fornecedora são os itens de maior relevância dentre todas as necessidades.

Para nobreak de 1,5 kVA Line-Interactive (Tecnologia Interativa).

Item	Especificação
Tecnologia	Line-Interactive (Interativo) com estabilizador automático de tensão (AVR).
Potência Aparente Nominal	1,5 kVA.
Potência Ativa Nominal	1,35 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave). THD < 3% em qualquer condição de carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Inferior a 10 ms (tipicamente 2–6 ms).
Eficiência Energética	Superior a 95% em operação normal (modo bypass/AVR).
Tensão de Entrada	Faixa operacional ampla: 160–280 VAC.
Regulador de Tensão (AVR)	Sim. Correção automática de baixa e alta tensão sem usar bateria, dentro da faixa especificada.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (1,35 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, substituíveis pelo usuário sem ferramentas especiais.
Tempo de Recarga	Máximo de 6 horas para 90% da capacidade após descarga completa.
Interface e Gerenciamento	Porta de comunicação (USB/RS232) e software para monitoramento e shutdown automático (Windows e Linux).
Display	LCD ou LED básico: modo de operação, carga, status da bateria.
Tomadas de Saída	Mínimo de 4 tomadas NBR 14136, sendo pelo menos 2 com backup por bateria; demais com filtragem e proteção contra surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Operação estável quando alimentado por grupo gerador, sem oscilações ou transições desnecessárias para bateria.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C.
Normas e Certificações	<ul style="list-style-type: none">• Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1.• Desempenho: ABNT NBR IEC 62040-3, classe VI-SS-111 (ou similar para interativos).• ANATEL: Obrigatória se possuir porta de rede.

Para nobreaks de 3,0 kVA On-line / Dupla Conversão.

Item	Especificação
Tecnologia	On-line / Dupla Conversão (Double Conversion) , com conversão permanente AC-DC-AC e isolamento completo da carga em relação à rede.
Potência Aparente Nominal	3,0 kVA.
Potência Ativa Nominal	2,7 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave) gerada internamente. THD < 3% em qualquer carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Zero (transferência sem break, pois a carga é sempre alimentada pelo inversor).
Eficiência Energética	Superior a 90% em operação normal (modo on-line).
Tensão de Entrada	Faixa ampla: 100–300 VAC (ou maior), com correção por PFC ativo.
Regulador de Tensão (AVR)	Não se aplica – a regulação é inerente ao processo de dupla conversão. A tensão de saída é sempre estabilizada.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (2,7 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, substituíveis pelo usuário (em rack ou baia interna).
Tempo de Recarga	Máximo de 6 horas para 90% da capacidade após descarga completa.
Interface e Gerenciamento	Portas de comunicação: USB e RS232. Software de gerenciamento incluso. Placa de Rede SNMP deve ser opcional ou inclusa.
Display	Display LCD informativo: modo de operação, carga (%), tensões de entrada/saída, frequência, status da bateria, eventos.
Tomadas de Saída	Mínimo de 8 tomadas NBR 14136. Todas com backup por bateria e proteção contra surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Alta compatibilidade, pois o retificador do nobreak isola as imperfeições da rede geradora.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C.
Normas e Certificações	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1. • Desempenho: ABNT NBR IEC 62040-3, classe VFI-SS-111 (para dupla conversão). • ANATEL: Obrigatória se possuir porta de rede.

Para nobreaks de 5,0 kVA On-line / Dupla Conversão.

Item	Especificação
Tecnologia	On-line / Dupla Conversão (Double Conversion) , com conversão permanente AC-DC-AC e isolamento completo da carga.
Potência Aparente Nominal	5,0 kVA.
Potência Ativa Nominal	4,5 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave) gerada internamente. THD < 3% em qualquer carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Zero (transferência sem break).
Eficiência Energética	Superior a 91% em operação normal (modo on-line).
Tensão de Entrada	Faixa ampla: 100–300 VAC (ou maior), com correção por PFC ativo.
Regulador de Tensão (AVR)	Não se aplica – a tensão de saída é sempre estável e independente da rede.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (4,5 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, montadas em rack ou baia interna, substituíveis pelo usuário.
Tempo de Recarga	Inferior a 6 horas para recuperar 90% da capacidade após descarga total.
Interface e Gerenciamento	Portas de comunicação: USB e RS232. Software incluso. Placa de Rede SNMP deve ser opcional ou inclusa para monitoramento remoto via web.
Display	Display LCD gráfico ou de alta legibilidade: carga (%), tensões, frequência, status da bateria, modo de operação, histórico.
Tomadas de Saída	Mínimo de 10 tomadas NBR 14136. Todas com backup por bateria e filtragem de surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Operação totalmente estável quando alimentado por grupo gerador, sem risco de instabilidade ou transições indesejadas.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C. <ul style="list-style-type: none"> • Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1.

- Normas e Certificações
- **Desempenho:** ABNT NBR IEC 62040-3, classe **VFI-SS-111** (para dupla conversão).
 - **ANATEL:** Obrigatória se possuir porta de rede.

5. Levantamento de Mercado

Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Realizando a pesquisa textual no link comprasnet.gov.br, para o item nobreak, o sistema retorna centenas de resultados para os diversas especificações de equipamento. Na primeira página, é possível encontrar os seguintes itens:

Texto/Termos pesquisados: nobreak

Pesquisando em: Objeto, Descrição Sumária, Descrição Completa

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 01 (um) 90034 nobreak de 10Kva para o CPD da SSJ de Barreiras e fornecimento de 01 (um) nobreak de 3000va para a CFTV da SSJ /2024 de Bom Jesus da Lapa', conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital.	Nenhum registro foi encontrado com este critério
UASG: 90012	
Lei Nº 14.133 /2021	
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - 90110/2024 Material Consumo (Informatica)	... ENTRADA 110/220 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, TIPO NOBREAK , TENSÃO SAÍDA 110 V, CAPACIDADE NOMINAL... [1]
UASG: 90133	
Lei Nº 14.133/2021	...TRA SOBRETENSÃO E SOBRECARGA/FILTRO D E, TIPO NOBREAK SENOIDAL, QUANTIDADE TOMADAS SAÍDA 4, T... [2]
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada, em regime de não exclusividade, para prestação 90026 de serviços de locação, manutenção, suporte e monitoramento de no-breaks para o SEBRAE/MG, conforme informações /2024 constantes no Anexo I Especificações Técnicas Mínimas dos Equipamentos, Softwares e Serviços, parte integrante do	Locação de Energia Ininterrupta (Nobreak) [1]
UASG: Instrumento Convocatório.	
289010	
Lei Nº 14.133 /2021	
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais e 90019 insumos de escritório para Penitenciária de Limeira /2024	...18 AH, DIMENSÕES 175 X 82 X 185 MM, APLICAÇÃO NOBREAK , GARANTIA 1 ANO PARA REPARO OU SUBSTITU... [21]
UASG: 380271	

Lei Nº
14.133
/2021
Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de 90005 itens de T.I (tecnologia da informação). /2024 UASG: 929072 Lei Nº 14.133 /2021	...VA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA 115/220 V, TIPO NOBREAK , QUANTIDADE TOMADAS SAÍDA 4, AUTONOMIA ... [6] ...VA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA 115/220 V, TIPO NOBREAK , QUANTIDADE TOMADAS SAÍDA 4, AUTONOMIA ... [9]
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual 90635 Aquisição Futura de Material de Expediente /2024 UASG: 158137 Lei Nº 14.133 /2021	...NAL 12 V, CAPACIDADE NOMINAL 26 AH, APLICAÇÃO NOBREAK , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SELADA VRLA... [12]
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de MATERIAL ELETRÔNICO NÃO CONSIDERADOS TIC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	...R TENSÃO, CAPACIDADE NOMINAL 2 KVA, TIPO ONDA SENOIDAL, NORMAS TÉCNICAS NBR14136, TIPO NOBREAK [4] ESTABILIZADOR TENSÃO, CAPACIDADE NOMINAL 300 A 700 VA, TIPO ONDA SENOIDAL, TIPO NOBREAK [5] ...18 AH, DIMENSÕES 175 X 82 X 185 MM, APLICAÇÃO NOBREAK , GARANTIA 1 ANO PARA REPARO OU SUBSTITU... [13]
Pregão: 90043 /2024 UASG: 254420 Lei Nº 14.133 /2021	

E mais 2 ocorrências.

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de assistência e suporte técnico, manutenções preventiva e corretiva em equipamentos nobreaks de grande porte (40 KVA, 60 KVA e 80 KVA), de marca DELTA, modelo Série NH Plus e instalações correlatas localizados nas sedes da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão - PGJ-MA e das Promotorias de Justiça da Capital - PJC, localizadas à Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261 e 3199	Manutenção / Instalação - Nobreak [1] Manutenção / Instalação - Nobreak [2]
Pregão: 90043 /2024 UASG: 925129 Lei Nº	

Histórico de eventos publicados...

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 90345 /2024 UASG: 926769 Lei Nº 14.133 /2021	Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Workstation e Nobreak para Uel	Nenhum registro foi encontrado com este critério
Histórico de eventos publicados...		

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 90061 /2024 UASG: 985821 Lei Nº 14.133 /2021	Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preço para aquisição de equipamentos de informática para diversas secretarias municipais	...VA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA 115/220 V, TIPO NOBREAK , QUANTIDADE TOMADAS SAÍDA 4, AUTONOMIA ... [8]

Restringindo a busca para equipamentos maiores de 5kva ou 10kva, ainda sim é possível encontrar aquisições semelhantes realizadas pelas diversas esferas de governo. Segue o resultado da busca para nobreak de 10kva:

Texto/Termos pesquisados: nobreak 10kva

Pesquisando em: Objeto, Descrição Sumária, Descrição Completa

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 90034 /2024 UASG: 90012 Lei Nº 14.133 /2021	Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 01 (um) nobreak de 10Kva para o CPD da SSJ de Barreiras e fornecimento de 01 (um) nobreak de 3000va para a CFTV da SSJ de Bom Jesus da Lapa', conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital.	Nenhum registro foi encontrado com este critério
Histórico de eventos publicados...		

	Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: 97300 /2024 UASG: 158154 Lei Nº 14.133 /2021	Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Nobreak 10kva 220v + banco de bateria para autonomia de 60min, conforme edital e seus anexos.	Nenhum registro foi encontrado com este critério
Histórico de eventos publicados...		

	Objeto	Contexto / [Item]
Concorrência: 90004/2024 UASG: 155012 Lei Nº 14.133 /2021	Objeto: Objeto: Contratação da empresa especializada na prestação de obra de engenharia para realizar a adequação da infraestrutura física da sala do angiógrafo com fornecimento de equipamentos	Serviço de instalação de Nobreak Trifásico Senoidal Dupla Conversão 160kVA e Sistema IT Médic... [3]

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Concorrência: Objeto: Objeto: Contratação da empresa especializada na prestação de obra de engenharia para 90001/2024 realizar a adequação da infraestrutura física da sala do angiógrafo com fornecimento de UASG: equipamentos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas do Hospital 155012 Universitário Antônio Moraes - HUCAM Lei Nº 14.133 /2021	Serviço de instalação de Nobreak Trifásico Senoidal Dupla Conversão 160kVA e Sistema IT Médic... [3]

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Constitui objeto da presente licitação, por meio de Pregão Eletrônico SRP, a 90018 contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de Nobreaks, com fornecimento dos /2024 equipamentos, manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos com substituição de peças, componentes e UASG: materiais utilizados na manutenção, conforme o Termo de Referência anexo a este Edital. 168008 Lei Nº 14.133 /2021	Serviço de Locação de Energia Ininterrupta (Nobreak), através de um Nobreak de 10KV ... [1]

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de manutenção corretiva de nobreak modelo 90002 Sinus Double II Black DSP USS10000Ti e Módulo Externo XXIV (10kVA de potência cada), com /2024 fornecimento de toda a mão de obra, materiais e insumos necessários, peças de reposição, componentes e UASG: acessórios originais e novos, de acordo com as condições do edital. 926121 Lei Nº 14.133 /2021	...atação de serviços de manutenção corretiva de nobreak modelo Sinus Double II Black DSP USS100... [1]

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de todo material de consumo, insumos, máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, para atendimento aos equipamentos nobreaks que alimentam os Centros de Dados da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, nos campus de Cuiabá, Sinop e Araguaia	Serviço de Manutenção Preditiva de um nobreak de 5kVa ou de um nobreak de 10kVa Campus Cuiabá. [1]
Pregão: 55/2023 UASG: 154045 Decreto Nº 10.024 /2019	Serviço de Manutenção Preventiva de um nobreak de 5kVa ou de um nobreak de 10kVa Campus Cuiabá. [2]
	Serviço de Diagnóstico de Problema de um nobreak de 5kVa ou de um nobreak de 10kVa Campus Cuiabá. [3]

E mais 7 ocorrências.

Histórico de eventos publicados...

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assistência e 72/2023 suporte técnico, operação, manutenções preventiva/corretiva de nobreak e instalações correlatas, com fornecimento de UASG: toda a mão de obra, materiais e insumos necessários, peças de reposição, componentes e acessórios genuinamente 90012 originais com a substituição das baterias nos 02 (dois) nobreaks instalados no CPD da Subseção Judiciária de Jequié Decreto /BA, conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital.	...operação, manutenções preventiva/corretiva de nobreak e instalações correlatas, com fornecime... [1]
Nº 10.024 /2019	
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material Permanente de Segurança e Controle de acesso, 24/2023 implantação de toda solução adquirida e treinamento (item 1) bem como a realização de serviços comuns de UASG: engenharia para adequações necessárias do ambiente físico para o controle de fluxo e instalação dos equipamentos 925309 (item 2), destinados ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, conforme características apontadas no Termo de Decreto Referência.	Nobreak de 10KVA Monofásico - - Conforme especificações do termo de referência. [17]
Nº 10.024 /2019	
Histórico de eventos publicados...	

Objeto	Contexto / [Item]
Pregão: Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS: (Chuveiro e lava 160 olhos de emergência, Bomba manual rotativa de transferência de líquidos, Microcentrífuga, Termociclador, Condutivímetro de /2023 bancada, Monitor de oxigênio ambiental, Banho de aquecimento redondo, Nobreak , capacidade 10KVA , DATA LOGGER...), UASG: destinados para o CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS/CCNE/UFSM, E OUTOS SETORES DA UFSM 153164	Nenhum registro foi encontrado com este critério
Decreto Nº 10.024 /2019	
Histórico de eventos publicados...	

(Licitações 1-10 de 260)

de 26

Identificamos que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar é usual de mercado. Todas as contratações pesquisadas contêm especificações dos itens contratados similares ao que se pretende contratar.

6. Descrição da solução como um todo

Justificativa Técnica e Estratégica para Aquisição de Nobreaks (Tecnologias Line-Interactive e Online)

1. Estratégia Técnica por Criticidade e Potência:

A definição pelos modelos **Line-Interactive** e **Online de Dupla Conversão** segue uma estratégia técnica que alinha o nível de proteção à criticidade e à potência da carga a ser suportada, otimizando custos e garantindo a máxima confiabilidade onde é necessária:

- **Para racks de baixa potência e menor criticidade (1,5 kVA):** A tecnologia **Line-Interactive com AVR e onda senoidal pura** é plenamente adequada. Ela oferece proteção robusta contra as instabilidades mais comuns da rede (variações de tensão e quedas) a um custo mais acessível, atendendo com excelência a pontos de rede ou equipamentos de acesso onde uma interrupção breve tem impacto limitado e controlado.

- **Para cargas críticas e de maior potência (3,0 kVA e 5,0 kVA):** A tecnologia **Online de Dupla Conversão** é especificada por ser a solução definitiva em qualidade e continuidade de energia. Destinada a proteger **equipamentos sensíveis e de missão crítica** (como servidores, storages, switches core de rede e sistemas prioritários), ela garante:
 - **Isolamento elétrico total** da carga, eliminando qualquer distúrbio da rede primária (surto, ruído, variação de frequência).
 - **Tempo de transição zero** entre a rede e a bateria, assegurando alimentação ininterrupta.
 - **Onda senoidal pura e perfeitamente regulada** em qualquer condição, essencial para a integridade e o funcionamento estável de hardware sensível.
- Além dos requisitos técnicos de funcionamento e garantia já estabelecidos anteriormente, a contratação deve observar obrigatoriamente os critérios de sustentabilidade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Anvisa. A adoção destes critérios visa à diminuição dos impactos ambientais e à promoção da eficiência energética.

Para esta aquisição de NoBreaks, conforme especificações técnicas, aplicam-se os seguintes requisitos de sustentabilidade, conforme o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (Temas: Aparelhos Elétricos e Pilhas/Baterias)**:

- **Eficiência Energética:** Os equipamentos ofertados devem possuir alta eficiência energética, comprovada por meio de certificação ou etiquetagem (ex: ENCE/INMETRO) quando aplicável, ou laudos técnicos que atestem o fator de potência e rendimento, visando o menor consumo de energia elétrica durante sua vida útil.
- **Conformidade das Baterias (Resolução CONAMA nº 401/2008):** As baterias que integram os NoBreaks devem respeitar os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio previstos na Resolução. A comprovação pode ser feita através de laudos físico-químicos de laboratórios acreditados pelo INMETRO ao IBAMA ou identificação (rotulagem) no corpo da bateria, de forma indelével, contendo a identificação do fabricante/importador e a informação da destinação final adequada.
- **Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):** O fabricante das baterias deve estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei nº 6.938/1981 e Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

Observações:

No site , Dados Abertos - Organizações - IBAMA constam dados sobre pessoas jurídicas inscritas no CTF de acordo com a atividade (ao pesquisar, atentar para a data de atualização dos dados)

Avaliar se para avaliação da Ficha Técnica de Enquadramento - disponíveis em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/fes>, deve-se utilizar a de Fontes Energéticas.

- **Logística Reversa:** A contratada obriga-se a estruturar e implementar sistema de logística reversa para o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos equipamentos e baterias inservíveis ao final de sua vida útil, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto nº 10.936/2022.
- **Segurança e Normas:** Os equipamentos devem atender aos critérios de segurança e compatibilidade eletromagnética previstos nas normas da ABNT (NBR IEC 62040) e selo de conformidade do INMETRO de forma visível.

Esta contratação encontra-se alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS 2024-2027 da Anvisa**, especificamente em relação às diretrizes de Aquisições e Contratos, no que se refere aos princípios do Desenvolvimento Nacional Sustentável e à garantia de que todos os contratos da Anvisa contenham critérios de sustentabilidade, exceto casos excepcionais devidamente justificados.

Esta abordagem estratificada garante a aplicação do **máximo rigor técnico onde o risco operacional é maior**, enquanto emprega uma **solução de custo-benefício otimizado** para cenários de menor complexidade, resultando em uma alocação inteligente de recursos.

2. Contextualização e Especificação das Tecnologias:

- **Nobreaks Line-Interactive (1,5 kVA):** Como detalhado nas especificações, oferecem proteção eficaz através do estabilizador automático (AVR) e transição rápida para bateria (<10ms). São a escolha técnica e econômica ideal para a finalidade proposta de racks de baixa potência.
- **Nobreaks Online de Dupla Conversão (3,0 e 5,0 kVA):** Para estes modelos, as especificações de desempenho serão elevadas para atender aos requisitos da tecnologia *Online*, incluindo:
 - Conversão dupla permanente (AC-DC-AC) e isolamento completo.
 - Regulação de tensão e frequência de saída precisas, independentes da entrada.
 - Fator de potência de saída mais próximo de 1 (ex.: 0,9 ou 0,95).

- Tolerância a uma faixa de entrada ainda mais ampla para o retificador.
- A autonomia mínima de **5 a 10 minutos a 100% de carga** é mantida como requisito.

3. Justificativa para Aquisição e Estratégia de Entrega Centralizada:

A decisão de centralizar a compra e a logística de entrega em **Brasília-DF** é estratégica, baseada em ganhos operacionais e de gestão, oferecendo as seguintes vantagens:

- **Controle e Inspeção Centralizados:** Permite uma **triagem e inspeção técnica inicial** únicas, assegurando a verificação integral da conformidade, documentação e funcionalidade de todos os equipamentos (de ambas as tecnologias) antes da distribuição.
- **Eficiência Logística e Redução de Custos:** Otimiza prazos e reduz despesas ao consolidar a entrega principal, evitando envios fragmentados e diretos a múltiplas unidades distantes.
- **Padronização e Garantia de Qualidade:** Assegura que **todos os nobreaks passem pelos mesmos testes padronizados** de funcionamento antes de serem destinados às PAFs, uniformizando a qualidade do parque instalado.
- **Gestão Ágil de Garantias e Suporte:** Centraliza o ponto de controle para registro, aceitação e gestão de garantias, facilitando e agilizando a interface com o fornecedor para todo o lote.
- **Agilidade na Resolução de Não Conformidades:** Possibilita a substituição rápida de itens com defeito diretamente do ponto central, sem depender do retorno de cada unidade ao fornecedor.
- **Flexibilidade para Contingenciamento e Alocação Dinâmica:** Esta estratégia proporciona uma gestão adaptável do patrimônio, permitindo realocar equipamentos conforme a **necessidade operacional de ampliação** ou, alternativamente, **reter a entrega** em caso de uma eventual decisão administrativa de desativação de uma unidade do PAF, otimizando recursos e evitando desperdício.

4. Visão do Ciclo de Vida do Ativo (Nobreaks)

A solução proposta é concebida considerando a gestão integral do ciclo de vida dos nobreaks, desde a especificação até a desativação, visando maximizar o valor, a confiabilidade e a eficiência do investimento:

- **Especificação e Aquisição (Fase Inicial):** A seleção técnica por criticidade e potência garante que cada ativo seja adequado à sua missão operacional desde o projeto, evitando sub ou superdimensionamento, o que impacta diretamente sua vida útil e custo total de propriedade.
- **Recebimento, Inspeção e Distribuição (Fase de Implantação):** A estratégia de entrega e inspeção centralizada assegura um controle de qualidade rigoroso no ponto de entrada, estabelecendo uma base confiável para a operação. A padronização dos testes assegura que todos os ativos iniciem sua vida operacional em condições ideais e documentadas.
- **Operação e Manutenção (Fase de Utilização):** A tecnologia especificada (Line-Interactive ou Online) define os parâmetros de confiabilidade e os requisitos de suporte durante anos de operação. A gestão centralizada das garantias e suporte agiliza a resolução de falhas, mantendo a disponibilidade. A autonomia de bateria definida (5-10 min) é um parâmetro chave para o planejamento de continuidade.
- **Monitoramento e Renovação (Fase de Sustentação):** A abordagem facilita a visibilidade centralizada do parque instalado, permitindo o planejamento proativo para a substituição de baterias (item de consumo periódico) e a modernização ou substituição das unidades conforme seu fim de vida útil se aproxima, com base em critérios técnicos e operacionais uniformes.
- **Descomissionamento e Descarte (Fase Final):** A rastreabilidade proporcionada pelo modelo de gestão centralizada auxilia no processo controlado de desativação de ativos, assegurando o descarte ambientalmente correto de baterias e componentes eletrônicos, em conformidade com a legislação.

Desta forma, a aquisição centralizada, combinada com a especificação técnica diferenciada e criteriosa por potência/criticidade, resulta em um modelo de gestão eficiente, seguro e economicamente otimizado **ao longo de todo o ciclo de vida do ativo**, garantindo o nível adequado de proteção para toda a infraestrutura de rede.

5. Sustentabilidade

Além dos requisitos técnicos de funcionamento e garantia já estabelecidos anteriormente, a contratação deve observar obrigatoriamente os critérios de sustentabilidade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Anvisa. A adoção destes critérios visa à diminuição dos impactos ambientais e à promoção da eficiência energética.

Para esta aquisição de NoBreaks, conforme especificações técnicas, aplicam-se os seguintes requisitos de sustentabilidade, conforme o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (Temas: Aparelhos Elétricos e Pilhas/Baterias)**:

- **Eficiência Energética:** Os equipamentos ofertados devem possuir alta eficiência energética, comprovada por meio de certificação ou etiquetagem (ex: ENCE/INMETRO) quando aplicável, ou laudos técnicos que atestem o fator de potência e rendimento, visando o menor consumo de energia elétrica durante sua vida útil.

- **Conformidade das Baterias (Resolução CONAMA nº 401/2008):** As baterias que integram os NoBreaks devem respeitar os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio previstos na Resolução. A comprovação pode ser feita através de laudos físico-químicos de laboratórios acreditados pelo INMETRO ao IBAMA ou identificação (rotulagem) no corpo da bateria, de forma indelével, contendo a identificação do fabricante/importador e a informação da destinação final adequada.
- **Cadastro Técnico Federal (CTF/APP):** O fabricante das baterias deve estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei nº 6.938/1981 e Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

Observações:

No site , Dados Abertos - Organizações - IBAMA constam dados sobre pessoas jurídicas inscritas no CTF de acordo com a atividade (ao pesquisar, atentar para a data de atualização dos dados)

Avaliar se para avaliação da Ficha Técnica de Enquadramento - disponíveis em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastrados/ctf/ctf-app/ftes>, deve-se utilizar a de Fontes Energéticas.

- **Logística Reversa:** A contratada obriga-se a estruturar e implementar sistema de logística reversa para o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos equipamentos e baterias inservíveis ao final de sua vida útil, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto nº 10.936/2022.
- **Segurança e Normas:** Os equipamentos devem atender aos critérios de segurança e compatibilidade eletromagnética previstos nas normas da ABNT (NBR IEC 62040) e selo de conformidade do INMETRO de forma visível.

Esta contratação encontra-se alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS 2024-2027 da Anvisa**, especificamente em relação às diretrizes de Aquisições e Contratos, no que se refere aos princípios do Desenvolvimento Nacional Sustentável e à garantia de que todos os contratos da Anvisa contenham critérios de sustentabilidade, exceto casos excepcionais devidamente justificados.

5. Vantagem da Aquisição em Relação à Locação

A opção pela aquisição dos nobreaks mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa quando comparada a eventuais alternativas de locação dos bens. Considerando que os equipamentos serão destinados tanto à sede da Anvisa em Brasília quanto às demais unidades da Anvisa distribuídas em todo o território nacional, o modelo de locação implicaria um reforço substancial na gestão de contratos, envolvendo múltiplos instrumentos, controles de devolução, fiscalização descentralizada e complexidade administrativa incompatível com a escala e a capilaridade da Instituição. Ademais, os nobreaks são bens duráveis, com vida útil estimada em vários anos, exigindo ao longo de sua operação apenas a substituição periódica das baterias em função do término de sua vida útil — intervenção de baixa complexidade e custo previsível. Dessa forma, a aquisição não apenas elimina a carga administrativa recorrente de contratos de locação, como também se revela mais econômica no horizonte de longo prazo, conferindo à Anvisa o pleno domínio sobre ativos estratégicos para a continuidade de suas operações críticas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Com base no levantamento técnico realizado para dimensionamento dos nobreaks a serem instalados nas unidades da Anvisa, foi possível identificar e quantificar a necessidade de equipamentos de proteção de energia para a infraestrutura crítica de TI. Este escopo abrange tanto a sede em Brasília-DF quanto os Pontos de Atendimento Final (PAFs) distribuídos nacionalmente.

O estudo incluiu todas as unidades operacionais, com foco especial na **Sede Central em Brasília-DF** – que concentra os equipamentos de maior densidade e criticidade – e nos **PAFs localizados em portos, aeroportos, coordenadorias e postos de fronteira**. Para a obtenção das quantidades necessárias em cada unidade (Sede e PAFs), contamos com o **apoio da equipe da GEOTI (Gerência de Operações de Tecnologia da Informação)**, que forneceu os dados primários sobre a infraestrutura existente.

Estratégia Técnica Definida:

Para atender com eficiência e custo-benefício adequado aos diferentes perfis de carga e criticidade, adotou-se a seguinte estratégia:

- **Nobreaks de 1,5 kVA:** Tecnologia **Line-Interactive (Interativa) com AVR e onda senoidal pura**. Solução ideal e econômica para racks de baixa potência e menor criticidade, como switches de acesso isolados.
- **Nobreaks de 3 kVA e 5 kVA:** Tecnologia **Online de Dupla Conversão**. Destinada à proteção de cargas críticas e sensíveis (servidores, switches core, sistemas prioritários), garantindo fornecimento ininterrupto, isolamento elétrico total e qualidade perfeita da energia.

Quantitativo Consolidado (Sede + PAFs):

A tabela abaixo consolida o total de equipamentos necessários, conforme o apoio de levantamento da GEOTI e a estratégia técnica definida:

Capacidade e Tecnologia do Nobreak	Quantidade Total
1,5 kVA Line-Interactive	64 unidades

3 kVA Online (Dupla Conversão)	10 unidades
5 kVA Online (Dupla Conversão)	25 unidades
TOTAL GERAL	99 unidades

Observação: A planilha detalhada com o **indicativo de quantidade por unidade (Sede e cada PAF)** encontra-se anexa ao Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste processo.

Esta distribuição reflete a adequação técnica aos ambientes: os modelos de 1,5 kVA atendem predominantemente a demanda das PAFs, enquanto os modelos Online de maior potência (3 e 5 kVA) concentram-se na Sede para proteção da infraestrutura crítica. O dimensionamento proposto busca, portanto, garantir a proteção elétrica contínua e com o nível de robustez adequado a cada cenário, assegurando a disponibilidade dos serviços de TI em toda a rede Anvisa.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Pretende-se adquirir os aparelhos nobreaks conforme quantidade e valores abaixo previstos:

A pesquisa de preço foi realizada com o rigor indicado na IN 65/2021.

NOBREAKS					Consolidação dos preços cotados	
Item	Descrição do item	Local	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Mediana (R\$)	Total (R\$)
1	358635 - Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak -Tensão Capacidade: 1,5 KVA, Tensão Alimentação Entrada Bivolt, tecnologia Interativa - onda senoidal pura - EXCLUSIVO PARA ME e EPP	Brasília - DF	Unidade	64	650,00	41.600,00
2	483856 - Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak -Tensão Capacidade: 3,0 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt. Tecnologia online - dupla conversão.	Brasília - DF	Unidade	10	5.380,00	53.800,00
3	483854 - Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 5 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt; Tecnologia online - dupla conversão.	Brasília - DF	Unidade	25	5.919,37	147.984,25
					Total Geral	243.384,25

Pesquisa de Preços - Nota Técnica Nº 1/2026 (Sei! 4083028)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação Legal: A presente contratação adota o parcelamento do objeto, dividindo-o em itens distintos de acordo com a potência dos equipamentos (1,5 kVA, 3,0 kVA e 5,0 kVA), em estrito cumprimento ao **Art. 40, inciso V, alínea 'b'** e ao **Art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelecem o parcelamento como princípio obrigatório quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Viabilidade Técnica: Os equipamentos demandados (nobreaks) possuem características técnicas distintas e funcionam de maneira autônoma e independente. A aquisição de um nobreak de 1,5 kVA de uma marca "A" não impede, técnica ou operacionalmente, o funcionamento de um nobreak de 5,0 kVA de uma marca "B" em outro setor do órgão. Não há interdependência que exija a padronização de fabricante ou fornecedor único para a totalidade do parque, caracterizando a plena **divisibilidade do objeto** sem prejuízo ao conjunto.

Vantajosidade Econômica e Ampliação da Competitividade: A divisão por itens permite a participação de um universo maior de licitantes. O mercado de tecnologia é heterogêneo; determinados fornecedores podem possuir condições comerciais mais agressivas (melhores preços) para equipamentos de menor porte (linha *home/office*), enquanto outros podem ser especializados em soluções de energia de médio porte (linha corporativa /servidores).

Ao licitar por item, a Administração busca obter o **menor preço unitário para cada tipologia**, evitando o "jogo de planilha" ou o "efeito cesta" (onde o preço bom de um item mascara o preço ruim de outro num lote único). Essa estratégia visa maximizar a economia de escala específica de cada item⁶, considerando os quantitativos relevantes de cada tipo (64, 10 e 25 unidades), e garantir a seleção da proposta mais vantajosa globalmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso em tela não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do fornecimento de nobreaks de 1,5, 3 e 5 kva foi incluída no Plano de Contratações Anual da Anvisa de 2026 por meio do instrumento Documento de Formalização da Demanda 119/2025 - acostado no processo SEI nº 25351.943191/2025-11

A aquisição de nobreaks é uma medida estratégica para garantir a continuidade dos serviços essenciais da Anvisa, especialmente diante da crescente digitalização das atividades institucionais e da dependência de sistemas informatizados para a regulação sanitária.

Conforme estabelecido no Plano Estratégico 2024–2027, a Anvisa tem como prioridade:

- **Promover o uso intensivo de dados** (Objetivo Estratégico 6), com foco na modernização tecnológica, interoperabilidade de sistemas e proteção da informação;
- **Antecipar e responder efetivamente às crises sanitárias** (Objetivo Estratégico 3), o que exige infraestrutura resiliente para atuação em tempo real;
- **Viabilizar o acesso seguro a produtos e serviços essenciais de saúde** (Objetivo Estratégico 1), cuja regulação depende de sistemas estáveis e disponíveis.

A interrupção de energia elétrica representa risco direto à operação de servidores, bancos de dados, sistemas regulatórios e canais de comunicação com a sociedade. Os nobreaks asseguram a integridade dos dados, evitam perdas operacionais e garantem a continuidade dos serviços críticos, alinhando-se aos valores institucionais de **excelência, inovação, segurança e sustentabilidade**.

Portanto, a aquisição de nobreaks é fundamental para fortalecer a infraestrutura tecnológica da Agência, proteger os ativos informacionais e assegurar a prestação contínua e confiável dos serviços regulatórios à sociedade.

Destaca-se que a contratação **não decorre de obrigação legal específica**. A iniciativa visa atender necessidades operacionais internas para garantir a continuidade e eficiência das atividades da Anvisa.

Esta contratação encontra-se alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS 2024-2027 da Anvisa**, especificamente em relação às diretrizes de Aquisições e Contratos, no que se refere aos princípios do Desenvolvimento Nacional Sustentável e à garantia de que todos os contratos da Anvisa contenham critérios de sustentabilidade, exceto casos excepcionais devidamente justificados.

12. Resultados Pretendidos

A aquisição de nobreaks para a ANVISA justifica-se como uma medida estratégica de proteção patrimonial, visando salvaguardar o hardware crítico (computadores, switches e gadgets) contra danos físicos irreversíveis e o desgaste prematuro causados por surtos, picos de tensão e instabilidades na rede elétrica. Ao atuar como uma barreira técnica, o equipamento previne a queima de componentes sensíveis e evita o prejuízo ao erário decorrente da substituição precoce de ativos de alto valor tecnológico, garantindo que o investimento público em infraestrutura seja preservado por toda a sua vida útil projetada.

Além da integridade física, o nobreak assegura a continuidade operacional e a segurança dos dados, impedindo desligamentos bruscos que causam a corrupção de sistemas e a interrupção de fluxos regulatórios essenciais. Em um ambiente de alta responsabilidade pública, o uso de sistemas de energia ininterrupta mitiga o risco de paralisia administrativa e perda de informações críticas, configurando-se como um investimento essencial de governança de TI para a manutenção da disponibilidade dos serviços prestados pela Agência à sociedade

13. Providências a serem Adotadas

No que tange à logística de implantação, para os postos PAFs localizados fora da sede, a instalação dos nobreaks será realizada mediante o acionamento de suporte técnico especializado da Geoti, garantindo a correta integração dos equipamentos à infraestrutura local e o pleno funcionamento dos sistemas críticos. Na sede em Brasília, a instalação ocorrerá por meio da equipe de manutenção predial da Agência, que será acionada para executar os procedimentos necessários, assegurando a conformidade técnica e a adequação dos nobreaks ao ambiente operacional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme previsão do art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 9º, inciso XII, da IN SEGES/ME nº 58/2022, a análise dos impactos ambientais deve considerar o ciclo de vida do objeto. A aquisição de nobreaks envolve riscos ambientais associados à geração de resíduos perigosos e eletroeletrônicos e consumo de energia, caso os equipamentos não atendam as especificações técnicas descritas no item 4 - Requisitos da Contratação.

Identificação dos Impactos:

- Resíduos Perigosos:** O descarte inadequado de baterias (chumbo-ácido) pode acarretar contaminação do solo e dos recursos hídricos por metais pesados (chumbo) e substâncias corrosivas (ácido sulfúrico), representando grave risco à saúde pública e ao meio ambiente.
- Resíduos Eletroeletrônicos (REEE):** O desfazimento dos equipamentos gera resíduos eletrônicos que contêm metais e plásticos de difícil degradação.
- Consumo de Energia:** A operação contínua dos equipamentos impacta o consumo de energia elétrica da Agência.

Medidas Mitigadoras:

- Exigência de Logística Reversa:** Como medida mitigadora mandatória, será exigida da contratada a comprovação da capacidade para realizar a logística reversa das baterias e equipamentos substituídos ao final da vida útil, garantindo a reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada, em estrita observância à Lei nº 12.305/2010 e Resolução CONAMA nº 401/2008.
- Eficiência Energética:** A especificação de equipamentos com alto fator de potência e rendimento (tecnologia *online* dupla conversão ou *line-interactive* de alta eficiência), por meio de rotulagem de eficiência energética, visa mitigar o impacto do consumo energético durante a fase de uso.
- Fiscalização:** A equipe de fiscalização do contrato deverá monitorar a entrega dos certificados de destinação final dos resíduos recolhidos pela contratada, assegurando que não sejam descartados em aterros comuns ou locais não licenciados e avaliar a eficiência energética a ser comprovada por meio de certificação ou rotulagem (ex: ENCE/INMETRO), quando aplicável, ou laudos técnicos que atestem o fator de potência e rendimento, visando o menor consumo de energia elétrica durante sua vida útil.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os estudos preliminares realizados, o levantamento técnico das necessidades de infraestrutura crítica de TI em toda a rede Anvisa (Sede e PAFs – Portos, Aeroportos e Fronteiras), o apoio informacional da GEOTI e a estratégia definida para seleção das tecnologias (Line-Interactive e Online) conforme a criticidade e potência, a **equipe de planejamento da contratação declara viável a aquisição dos nobreaks**. A contratação atende a uma demanda real e urgente por proteção elétrica contínua, está em plena conformidade com as diretrizes e objetivos do **Plano Estratégico da Anvisa 2024–2027**, que prioriza a modernização e a resiliência da infraestrutura institucional. Além disso, o processo está alinhado aos critérios de economicidade e aos requisitos de sustentabilidade e destinação adequada de resíduos, garantindo a continuidade operacional dos serviços essenciais de vigilância sanitária.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILDSON MENDES SANTIAGO

Integrante Requisitante.



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 11:58:47.

ADAMO LUIZ COSTA BATISTA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 10:57:36.

MARCIO EDUARDO RODRIGUES KUNTZ

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 11:24:14.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - nobreaks dimensionamento estudo preliminar.xlsx (19.42 KB)

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Lei 14.133/2021 para PREGÃO
versão: novembro/2025; **local:** <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

A **AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA**, com sede no SIA Trecho 5, Área Especial 57, CEP: 71.205-050, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.112.386/0001-11, neste ato representada pelo seu Gerente-Geral **Substituto** de Gestão Administrativa e Financeira, Senhor **Frederico Augusto de Abreu Fernandes/Willans Nunes dos Santos**, portador da Matrícula Funcional nº **1292870/1819877**, designado pela Portaria nº **388/372**, de **6 de agosto de 2021/4 de abril de 2024**, publicada no D.O.U. de **9 de agosto de 2021/5 de abril de 2024**, e com poderes delegados pela Portaria nº 813/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 25351.943191/2025-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nota explicativa: nos dados da Contratante acima, manter os dados em VERMELHO para o caso de assinatura do titular da GGGAF. Para assinatura do substituto, manter os dados em AZUL.

FORNECEDOR	
EMPRESA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:
E-mail:	
REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	Telefone:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do **edital de licitação** nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	LOCAL DE FORNECIMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 1,5 KVA, Tensão Alimentação Entrada Bivolt, tecnologia Interativa - onda senoidal pura. Exclusivo para ME e EPP	358635	Brasília - DF	Unidade	19	64	R\$ XXXX	R\$ XXXX
2	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 3,0 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt. Tecnologia online - dupla conversão. Exclusivo para ME e EPP	483856	Brasília - DF	Unidade	3	10	R\$ XXXX	R\$ XXXX
3	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 5 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt; Tecnologia online - dupla conversão. Exclusivo para ME e EPP	483854	Brasília - DF	Unidade	2	6	R\$ XXXX	R\$ XXXX

4	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 5 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt; Tecnologia online - dupla conversão. Ampla Concorrência	483854	Brasília - DF	Unidade	5	19	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL								R\$ XXXX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - UASG 253002.

3.2. {Além do gerenciador, não há [OU] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme previsto no art. 41, da Portaria/Anvisa nº 1.616/2024.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em Caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo original registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **edital** e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital**; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a

contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com

vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro

de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital**.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. **CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao **edital**.

11.2. **No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Brasília,DF

OU

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor. Após lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Local e data

PELA CONTRATANTE:	PELO FORNECEDOR:
Gerente-Geral Substituto de Gestão Administrativa e Financeira	Representante comercial
TESTEMUNHAS:	
NOME COMPLETO: CPF/MF nº	NOME COMPLETO: CPF/MF nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>
--

Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **Ivar Crescencio Stangherlin, Agente Administrativo**, em 13/03/2026, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



Documento assinado eletronicamente por **Willans Nunes dos Santos, Gerente de Contratos e Parcerias**, em 13/03/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4136292** e o código CRC **83E13ADE**.

AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	253002-AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF	MARCIO EDUARDO RODRIGUES KUNTZ	25/05/2026 14:37 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25351.943191/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	LOCAL DE FORNECIMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak -Tensão Capacidade: 1,5 KVA, Tensão Alimentação Entrada Bivolt, tecnologia Interativa - onda senoidal pura - Exclusivo para ME e EPP	358835	Brasília - DF	unidade	19	64	650,00	41.600,00
2	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak -Tensão Capacidade: 3,0 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt. Tecnologia online - dupla conversão. Exclusivo para ME e EPP	483856	Brasília - DF	unidade	3	10	5.380,00	53.800,00
	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 5 KVA, Tensão Alimentação							

3	Entrada: Bivolt; Tecnologia online - dupla conversão. Exclusivo para ME e EPP	483854	Brasília - DF	unidade	2	6	5.919,37	35.516,22
4	Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak - Tensão Capacidade: 5 KVA, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt; Tecnologia online - dupla conversão. Ampla Concorrência	483854	Brasília - DF	unidade	5	19	5.919,37	112.468,08
TOTAL								243.384,25

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) **a partir da subscrição da Autorização de Fornecimento do Produto mediante apresentação da Nota de Empenho (por meio de e-mail)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos nobreaks destinados a garantir a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica para a infraestrutura crítica de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O escopo abrange o fornecimento de unidades nos modelos e quantitativos especificados na tabela constante do item 1.1 do Termo de Referência, compreendendo equipamentos de 1,5 kVA na tecnologia Line-Interactive e equipamentos de 3,0 kVA e 5,0 kVA na tecnologia Online de Dupla Conversão, totalizando 99 (noventa e nove) unidades a serem instaladas tanto na sede em Brasília-DF quanto nos Postos de Atendimento localizados em portos, aeroportos e fronteiras (PAFs) em todo o território nacional.

2.3. A necessidade da contratação decorre de levantamento técnico preliminar que identificou a imprescindibilidade de prover proteção elétrica adequada para as salas de rack e equipamentos sensíveis que sustentam a operação da rede em todas as unidades da Anvisa. A medida visa assegurar a operação contínua dos switches e servidores, evitando interrupções na infraestrutura de rede, protegendo os ativos tecnológicos contra oscilações e quedas de energia, garantindo a integridade de dados e prevenindo prejuízos operacionais e materiais. A iniciativa está alinhada aos Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico 2024–2027 da Anvisa, notadamente no que concerne à promoção do uso intensivo de dados com modernização tecnológica, à antecipação e resposta efetiva a crises sanitárias por meio de infraestrutura resiliente e à viabilização do acesso seguro a produtos e serviços essenciais de saúde, cuja regulação depende de sistemas estáveis e disponíveis.

2.4. Da empresa licitante contratada espera-se que seja reconhecidamente capaz de fornecer equipamentos com qualidade, funcionalidade, durabilidade e garantia, atendendo integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos, que incluem especificações de potência, tecnologia, eficiência energética, normas de segurança e certificações aplicáveis. A empresa deverá, ainda, entregar todos os equipamentos no endereço indicado em Brasília-DF (subitem 5.4), conforme estratégia de entrega centralizada que permite inspeção técnica, controle de qualidade e posterior distribuição às unidades, facilitando a gestão de garantias e o suporte técnico.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **03112386000111-0-000002/2026**

II) Data de publicação no PNCP: **02/02/2026;**

III) Id do item no PCA: **117**

VI) Classe/Grupo: **6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO;**

V) Identificador da Futura Contratação: **253002-30/2026.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Estratégia Técnica por Criticidade e Potência:

3.2.1 A definição pelos modelos **Line-Interactive** e **Online de Dupla Conversão** segue uma estratégia técnica que alinha o nível de proteção à criticidade e à potência da carga a ser suportada, otimizando custos e garantindo a máxima confiabilidade onde é necessária:

- **Para racks de baixa potência e menor criticidade (1,5 kVA):** A tecnologia **Line-Interactive com AVR e onda senoidal pura** é plenamente adequada. Ela oferece proteção robusta contra as instabilidades mais comuns da rede (variações de tensão e quedas) a um custo mais acessível, atendendo com excelência a pontos de rede ou equipamentos de acesso onde uma interrupção breve tem impacto limitado e controlado.
- **Para cargas críticas e de maior potência (3,0 kVA e 5,0 kVA):** A tecnologia **Online de Dupla Conversão** é especificada por ser a solução definitiva em qualidade e continuidade de energia. Destinada a proteger **equipamentos sensíveis e de missão crítica** (como servidores, storages, switches core de rede e sistemas prioritários), ela garante:
 - **Isolamento elétrico total** da carga, eliminando qualquer distúrbio da rede primária (surto, ruído, variação de frequência).
 - **Tempo de transição zero** entre a rede e a bateria, assegurando alimentação ininterrupta.
 - **Onda senoidal pura e perfeitamente regulada** em qualquer condição, essencial para a integridade e o funcionamento estável de hardware sensível.

3.2.2. Esta abordagem estratificada garante a aplicação do **máximo rigor técnico onde o risco operacional é maior**, enquanto emprega uma **solução de custo-benefício otimizado** para cenários de menor complexidade, resultando em uma alocação inteligente de recursos.

3.3. Contextualização e Especificação das Tecnologias:

3.3.1 Nobreaks Line-Interactive (1,5 kVA): Como detalhado nas especificações, oferecem proteção eficaz através do estabilizador automático (AVR) e transição rápida para bateria (<10ms). São a escolha técnica e econômica ideal para a finalidade proposta de racks de baixa potência.

3.3.2 Nobreaks Online de Dupla Conversão (3,0 e 5,0 kVA): Para estes modelos, as especificações de desempenho serão elevadas para atender aos requisitos da tecnologia *Online*, incluindo:

- Conversão dupla permanente (AC-DC-AC) e isolamento completo.
- Regulação de tensão e frequência de saída precisas, independentes da entrada.
- Fator de potência de saída mais próximo de 1 (ex.: 0,9 ou 0,95).

- Tolerância a uma faixa de entrada ainda mais ampla para o retificador.
- A autonomia mínima de **5 a 10 minutos a 100% de carga** é mantida como requisito.

3.4 Justificativa para Aquisição e Estratégia de Entrega Centralizada:

3.4.1 A decisão de centralizar a compra e a logística de entrega em **Brasília-DF** é estratégica, baseada em ganhos operacionais e de gestão, oferecendo as seguintes vantagens:

- **Controle e Inspeção Centralizados:** Permite uma **triagem e inspeção técnica inicial** únicas, assegurando a verificação integral da conformidade, documentação e funcionalidade de todos os equipamentos (de ambas as tecnologias) antes da distribuição.
- **Eficiência Logística e Redução de Custos:** Otimiza prazos e reduz despesas ao consolidar a entrega principal, evitando envios fragmentados e diretos a múltiplas unidades distantes.
- **Padronização e Garantia de Qualidade:** Assegura que **todos os nobreaks passem pelos mesmos testes padronizados** de funcionamento antes de serem destinados às PAFs, uniformizando a qualidade do parque instalado.
- **Gestão Ágil de Garantias e Suporte:** Centraliza o ponto de controle para registro, aceitação e gestão de garantias, facilitando e agilizando a interface com o fornecedor para todo o lote.
- **Agilidade na Resolução de Não Conformidades:** Possibilita a substituição rápida de itens com defeito diretamente do ponto central, sem depender do retorno de cada unidade ao fornecedor.
- **Flexibilidade para Contingenciamento e Alocação Dinâmica:** Esta estratégia proporciona uma gestão adaptável do patrimônio, permitindo realocar equipamentos conforme a **necessidade operacional de ampliação** ou, alternativamente, **reter a entrega** em caso de uma eventual decisão administrativa de desativação de uma unidade do PAF, otimizando recursos e evitando desperdício.

3.5. Visão do Ciclo de Vida do Ativo (Nobreaks)

3.5.1 A solução proposta é concebida considerando a gestão integral do ciclo de vida dos nobreaks, desde a especificação até a desativação, visando maximizar o valor, a confiabilidade e a eficiência do investimento:

- **Especificação e Aquisição (Fase Inicial):** A seleção técnica por criticidade e potência garante que cada ativo seja adequado à sua missão operacional desde o projeto, evitando sub ou superdimensionamento, o que impacta diretamente sua vida útil e custo total de propriedade.
- **Recebimento, Inspeção e Distribuição (Fase de Implantação):** A estratégia de entrega e inspeção centralizada assegura um controle de qualidade rigoroso no ponto de entrada, estabelecendo uma base confiável para a operação. A padronização dos testes assegura que todos os ativos iniciem sua vida operacional em condições ideais e documentadas.
- **Operação e Manutenção (Fase de Utilização):** A tecnologia especificada (Line-Interactive ou Online) define os parâmetros de confiabilidade e os requisitos de suporte durante anos de operação. A gestão centralizada das garantias e suporte agiliza a resolução de falhas, mantendo a disponibilidade. A autonomia de bateria definida (5-10 min) é um parâmetro chave para o planejamento de continuidade.
- **Monitoramento e Renovação (Fase de Sustentação):** A abordagem facilita a visibilidade centralizada do parque instalado, permitindo o planejamento proativo para a substituição de baterias (item de consumo periódico) e a modernização ou substituição das unidades conforme seu fim de vida útil se aproxima, com base em critérios técnicos e operacionais uniformes.
- **Descomissionamento e Descarte (Fase Final):** A rastreabilidade proporcionada pelo modelo de gestão centralizada auxilia no processo controlado de desativação de ativos, assegurando o descarte ambientalmente correto de baterias e componentes eletrônicos, em conformidade com a legislação.

3.6. Desta forma, a aquisição centralizada, combinada com a especificação técnica diferenciada e criteriosa por potência/criticidade, resulta em um modelo de gestão eficiente, seguro e economicamente otimizado **ao longo de todo o ciclo de vida do ativo**, garantindo o nível adequado de proteção para toda a infraestrutura de rede

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos requisitos técnicos de funcionamento e garantia já estabelecidos anteriormente, a contratação deve observar obrigatoriamente os critérios de sustentabilidade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Anvisa. A adoção destes critérios visa à diminuição dos impactos ambientais e à promoção da eficiência energética.

4.2 Para esta aquisição de NoBreaks, conforme especificações técnicas, aplicam-se os seguintes requisitos de sustentabilidade, conforme o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (Temas: Aparelhos Elétricos e Pilhas/Baterias)**:

4.2.1. Eficiência Energética: Os equipamentos ofertados devem possuir alta eficiência energética, comprovada por meio de certificação ou etiquetagem (ex: ENCE/INMETRO) quando aplicável, ou laudos técnicos que atestem o fator de potência e rendimento, visando o menor consumo de energia elétrica durante sua vida útil.

4.2.2 Conformidade das Baterias (Resolução CONAMA nº 401/2008): As baterias que integram os NoBreaks devem respeitar os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio previstos na Resolução. A comprovação pode ser feita através de laudos físico-químicos de laboratórios acreditados pelo INMETRO ao IBAMA ou identificação (rotulagem) no corpo da bateria, de forma indelével, contendo a identificação do fabricante/importador e a informação da destinação final adequada.

4.2.3. Cadastro Técnico Federal (CTF/APP): O fabricante das baterias deve estar regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei nº 6.938/1981 e Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

4.2.5. Logística Reversa: A contratada obriga-se a estruturar e implementar sistema de logística reversa para o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos equipamentos e baterias inservíveis ao final de sua vida útil, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto nº 10.936/2022.

4.2.6. Segurança e Normas: Os equipamentos devem atender aos critérios de segurança e compatibilidade eletromagnética previstos nas normas da ABNT (NBR IEC 62040) e selo de conformidade do INMETRO de forma visível.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Não se aplica

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não se aplica

Da exigência de amostra

4.5. Não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não se aplica

Subcontratação.

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação Nota(s) explicativa(s): 9

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de compras de baixo valor, portanto, essa exigência pode ser dispensada para simplificar o processo e reduzir custos.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.9. Nesta licitação, será aplicada a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) conforme os seguintes critérios: para os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, a contratação será exclusiva para ME/EPP; para os itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00, será reservado o percentual mínimo de 25% do valor total para participação exclusiva de ME/EPP.

4.9.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.9.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.9.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência

4.10. O objeto da contratação não está contemplado com margem de preferência normal ou adicional estabelecida em resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, nos termos do Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024 e Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 1, de 2 de julho de 2024.

4.11. Para nobreak de 1,5 kVA Line-Interactive (Tecnologia Interativa).

Item	Especificação
Tecnologia	Line-Interactive (Interativo) com estabilizador automático de tensão (AVR).
Potência Aparente Nominal	1,5 kVA.
Potência Ativa Nominal	1,35 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave). THD < 3% em qualquer condição de carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Inferior a 10 ms (tipicamente 2–6 ms).
Eficiência Energética	Superior a 95% em operação normal (modo bypass/AVR).
Tensão de Entrada	Faixa operacional ampla: 160–280 VAC.
Regulador de Tensão (AVR)	Sim. Correção automática de baixa e alta tensão sem usar bateria, dentro da faixa especificada.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (1,35 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, substituíveis pelo usuário sem ferramentas especiais.
Tempo de Recarga	Máximo de 6 horas para 90% da capacidade após descarga completa.
Interface e Gerenciamento	Porta de comunicação (USB/RS232) e software para monitoramento e shutdown automático (Windows e Linux).
Display	LCD ou LED básico: modo de operação, carga, status da bateria.
Tomadas de Saída	Mínimo de 4 tomadas NBR 14136 , sendo pelo menos 2 com backup por bateria ; demais com filtragem e proteção contra surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Operação estável quando alimentado por grupo gerador, sem oscilações ou transições desnecessárias para bateria.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C.
Normas e Certificações	<ul style="list-style-type: none">• Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1.• Desempenho: ABNT NBR IEC 62040-3, classe VI-SS-111 (ou similar para interativos).

4.12 Para nobreaks de 3,0 kVA On-line / Dupla Conversão.

Item	Especificação
Tecnologia	On-line / Dupla Conversão (Double Conversion) , com conversão permanente AC-DC-AC e isolamento completo da carga em relação à rede.
Potência Aparente Nominal	3,0 kVA.
Potência Ativa Nominal	2,7 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave) gerada internamente. THD < 3% em qualquer carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Zero (transferência sem break, pois a carga é sempre alimentada pelo inversor).
Eficiência Energética	Superior a 90% em operação normal (modo on-line).
Tensão de Entrada	Faixa ampla: 100–300 VAC (ou maior), com correção por PFC ativo.
Regulador de Tensão (AVR)	Não se aplica – a regulação é inerente ao processo de dupla conversão. A tensão de saída é sempre estabilizada.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (2,7 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, substituíveis pelo usuário (em rack ou baia interna).
Tempo de Recarga	Máximo de 6 horas para 90% da capacidade após descarga completa.
Interface e Gerenciamento	Portas de comunicação: USB e RS232. Software de gerenciamento incluso. Placa de Rede SNMP deve ser opcional ou inclusa.
Display	Display LCD informativo: modo de operação, carga (%), tensões de entrada/saída, frequência, status da bateria, eventos.
Tomadas de Saída	Mínimo de 8 tomadas NBR 14136 . Todas com backup por bateria e proteção contra surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Alta compatibilidade, pois o retificador do nobreak isola as imperfeições da rede geradora.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C.
Normas e Certificações	<ul style="list-style-type: none">• Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1.• Desempenho: ABNT NBR IEC 62040-3, classe VFI-SS-111 (para dupla conversão).

4.13. Para nobreaks de 5,0 kVA On-line / Dupla Conversão.

Item	Especificação
Tecnologia	On-line / Dupla Conversão (Double Conversion), com conversão permanente AC-DC-AC e isolamento completo da carga.
Potência Aparente Nominal	5,0 kVA.
Potência Ativa Nominal	4,5 kW (considerando fator de potência de 0,9).
Forma de Onda de Saída	Onda Senoidal Pura (Pure Sine Wave) gerada internamente. THD < 3% em qualquer carga.
Tempo de Transição Rede /Bateria	Zero (transferência sem break).
Eficiência Energética	Superior a 91% em operação normal (modo on-line).
Tensão de Entrada	Faixa ampla: 100–300 VAC (ou maior), com correção por PFC ativo.
Regulador de Tensão (AVR)	Não se aplica – a tensão de saída é sempre estável e independente da rede.
Tempo de Autonomia Mínimo	5 a 10 minutos a 100% da carga nominal (4,5 kW).
Baterias	Baterias seladas VRLA, livres de manutenção, montadas em rack ou baia interna, substituíveis pelo usuário.
Tempo de Recarga	Inferior a 6 horas para recuperar 90% da capacidade após descarga total.
Interface e Gerenciamento	Portas de comunicação: USB e RS232. Software incluso. Placa de Rede SNMP deve ser opcional ou inclusa para monitoramento remoto via web.
Display	Display LCD gráfico ou de alta legibilidade: carga (%), tensões, frequência, status da bateria, modo de operação, histórico.
Tomadas de Saída	Mínimo de 10 tomadas NBR 14136. Todas com backup por bateria e filtragem de surtos.
Proteção de Entrada	Supressor de surtos integrado (modo comum e diferencial), conforme IEC 61643-11.
Compatibilidade com Gerador	Operação totalmente estável quando alimentado por grupo gerador, sem risco de instabilidade ou transições indesejadas.
Condições Ambientais	Temperatura de operação: 0 a 40°C.
Normas e Certificações	• Segurança: ABNT NBR IEC 62040-1. • Desempenho: ABNT NBR IEC 62040-3, classe VFI-SS-111 (para dupla conversão).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (trinta) dias, contados do(a) **Autorização de Fornecimento do Produto mediante apresentação da Nota de Empenho (por meio de e-mail)**, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressaltadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues na sede da Anvisa em Brasília, no SIA, trecho 5, área especial 57, Brasília-DF - CEP: 71.205-050 aos cuidados da Gerência de Logística - GELOG.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A5]

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026). (Nota Técnica n. 01/2026 (SEI nº. 4083028)).

8.41. Após o interregno de um ano, mediante pedido formal instruído pelo Contratado com todos os documentos necessários à comprovação do fato alegado como fundamento do pleito, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41.1. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo Contratado antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação ou do encerramento do contrato, sob pena de preclusão do direito.

8.41.2. A ausência de pedido formal no prazo estabelecido implicará a renúncia tácita ao reajuste, mantendo-se os valores vigentes até o término do contrato.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO ITEM/GRUPO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Não se aplica

Qualificação Técnica

9.23. Não se aplica

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 243.384,25 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência**.*

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 25 de maio de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 (dez) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, a *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada**.
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../202....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Integrante requisitante

ADAMO LUIZ COSTA BATISTA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 14:37:44.

NILDSON MENDES SANTIAGO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 13:22:47.

MARCIO EDUARDO RODRIGUES KUNTZ



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 12:33:27.

AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF

Edital 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	253002-AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF	MARIO VIKTOR DE AZEREDO ARNEITZ	26/06/2026 11:52 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	30/2026	25351.943191/2025-11

Resumo da Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

253002

OBJETO

[Registro de preços] Aquisição de fonte de alimentação ininterrupta (nobreak), para a sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 243.384,25 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço] por [item]

Modo de disputa:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90007/2026

(Processo Administrativo nº 25351.943191/2025-11)

Torna-se público que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, UASG: 253002, por meio da Coordenação de Licitações Públicas, sediada no SIA, Trecho 5, Área Especial 57, Bloco D, Térreo – Brasília/DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **[PREGÃO ELETRÔNICO]**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **A licitação será dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Para os itens 1, 2 e 3 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**
- 3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. Não será aplicado o rito do orçamento sigiloso a esta contratação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado na coluna “requisição mínima” da tabela 1.1 do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2.2. A quantidade mínima que pode ser cotada é o indicado na coluna “requisição mínima” da tabela 1.1 do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por através do Sistema Compras.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:
- 9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. O termo de contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado pelo adjudicatário eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no prazo de até 2 dias úteis após sua disponibilização.
- 10.3.1. para fins do procedimento de assinatura do contrato ou instrumento equivalente, tão logo adjudicado o objeto o licitante adjudicatário deverá providenciar seu cadastramento no SEI! da Anvisa conforme orientações disponíveis no link <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sistemas/sei>
- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (*cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sistemas/sei>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail institucional: licita@anvisa.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência 22/2026 - ajustado (SEI 4276849)

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar 92/2025 atualizado (SEI 4112035)

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços (SEI 4136292)

16.11.3. Anexo III – Proposta de Preços

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS

À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA

Brasília, __/__/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____, apresenta proposta de preços para a **Aquisição de Fonte Alimentação Ininterrupta - Nobreak**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão n. XXXXX/XXXX e seus anexos.

Conforme planilha abaixo, o valor TOTAL de nossa proposta é: R\$ _____ (_____).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE FORNECIMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (A X B)
1	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - NOBREAK - TENSÃO CAPACIDADE: 1,5 KVA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: BIVOLT, TECNOLOGIA ITERATIVA - ONDA SENOIDAL PURA	BRASÍLIA - DF	UNIDADE		R\$	R\$...
2	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - NOBREAK - TENSÃO CAPACIDADE: 3,0 KVA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: BIVOLT, TECNOLOGIA ONLINE - DUPLA CONVERSÃO	BRASÍLIA - DF	UNIDADE		R\$...	R\$...
3	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - NOBREAK - TENSÃO CAPACIDADE: 5,0 KVA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: BIVOLT, TECNOLOGIA ONLINE - DUPLA CONVERSÃO	BRASÍLIA - DF	UNIDADE		R\$...	R\$...
4	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - NOBREAK - TENSÃO CAPACIDADE: 5,0 KVA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: BIVOLT, TECNOLOGIA ONLINE - DUPLA CONVERSÃO	BRASÍLIA - DF	UNIDADE		R\$...	R\$...
VALOR TOTAL						R\$...

1) Validade da Proposta: , a contar da data de sua apresentação. 90 (noventa) dias

2) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Dados da empresa:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) nº _____

c) Inscrição Estadual nº: _____

d) Endereço: _____

e) Telefone: _____ e-mail: _____

f) Cidade: _____ Estado: _____

g) CEP: _____

h) Dados Bancários: a. Banco: _____ b. Agência: _____ c. Conta Corrente: _____

i) Dados para Contato: a. Nome: _____ b. Telefone/Ramal: _____

(Local), _____ de _____ de 202....

(Assinatura do representante legal ou procurador)

Nome do representante legal ou procurador

(Número da Carteira de Identidade e CPF)

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATA MENESES DE MELO

Coordenadora de Licitações Públicas



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 11:52:58.